

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL (AHIMTB)
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)
ACADEMIA CANGUÇUENSE DE HISTÓRIA (ACANDHIS)

**EM CANGUÇU VELHO
CANGUÇU-RS A SEDE DA REAL
FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO
DO RINCÃO DO CANGUÇU
1783-1789**

CLÁUDIO MOREIRA BENTO



Edição da ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
(AHIMTB)

RESENDE – RJ, 2009

Cláudio Moreira Bento, Cel Eng QEMA (Ref), Natutal de Canguçu-RS. Presidente e fundador da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHYRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e correspondente das Academias Portuguesa de História, Real de Espanha de História e da Argentina de História e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) em Porto Alegre etc.

Digitação dos originais: O autor e as professoras Maria Veronica de Abreu e Ivonete Maria Costa.

Revisão dos originais: O autor e Manuelina Gomes Fonseca de Carvalho da Gráfica Drumond.

Diagramação: Carlos Eduardo Ferreira Avila.

Representante Comercial: José Antônio Alves.

Impressão: Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda. EPP

CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL DA PUBLICAÇÃO

Bento, Cláudio Moreira

Em Canguçu Velho - Canguçu - RS a Sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-89

64 p.

ISBN: 978-85-60811-11-3

- 1- História da Agricultura no Brasil
- 2- História da cultura de linho cânhamo no Brasil 1783/89
- 3- História do Rio Grande do Sul
- 4- História de Canguçu -RS
- 5- O Exército no desenvolvimento do Brasil

Catálogo na publicação
Departamento Nacional do Livro

EM CANGUÇU VELHO - CANGUÇU-RS
A SEDE DA REAL FEITORIA
DO LINHO CÂNHAMO DO RINCÃO
DO CANGUÇU 1783-1789

Cel Cláudio Moreira Bento

Nota: A presente pesquisa é de interesse histórico nacional do Brasil e de Portugal e do Rio Grande do Sul e trata do resgate, com apoio em fontes primárias, de importante assunto que se encontrava coberto pela pátina do tempo. É de interesse também da História Militar Terrestre do Brasil pelas personagens militares brasileiras nela envolvidas no final do século 18.

O original deste trabalho foi publicado em plaqueta pela Prefeitura Municipal de Canguçu sob o título **A Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783/1789** e prefaciado pelo prefeito Nelson Edi Grigoletti que a certa altura de seu prefácio escreveu:

“Repetimos: Cláudio Moreira Bento é, acima de qualquer dúvida, a representação viva do elo entre o presente e o passado do município de Canguçu, pelo qual demonstra tanto amor.

Por isso, principalmente, e pelo que tem honrado e dignificado a sua terra natal, como historiador emérito e renomado, há que ser reconhecido e muito especialmente pelos seus conterrâneos canguçuenses.”

SUMÁRIO

- Prefácio 07
- Controvérsias e dúvidas na História do Brasil..... 11
- Localização do Rincão do Canguçu
por fontes primárias..... 16
- Ilha de canguçu e atual Feitoria – entendimento..... 25
- Capitão Mor de Laguna Paulo Rodrigues
Xavier Prates (1743-1813) 27
- Um apoio oportuno e elucidativo da genealogista
Ilka Guittes Neves 33
- Relação de trabalhos do autor sobre o tema 37
- Notas ao texto (49 notas) 38
- Artigo do autor – Dúvidas sobre a localização
da Real Feitoria 44
- A exata localização da Real Feitoria 46
- “A ilha tida como Feitoria é uma restinga” 48
- A explicação da denominação Arroio do Padre..... 48

- Onde se localizavam as sementeiras de trigo..... 49
- A sede da Real Feitoria em Canguçu Velho..... 50
- Um canal navegável no arroio Correntes 51
- Possível origem das denominações
Canguçu na Zona Sul..... 51
- Real Feitoria – um exemplo de contribuição
do Exército ao desenvolvimento..... 53
- Notas finais..... 55
- “O passado uma enorme planície
onde correm dois rios” 56
- Posfácio..... 59
- Dados sobre o autor 61

**A concretização desta obra
foi possível graças ao apoio da:
Associação de Poupança e Empréstimo**



Associação de Poupança e Empréstimo

Prefácio

O Historiador Coronel Cláudio Moreira Bento tem seu nome ligado a importantíssimos trabalhos no campo da História, ciência cuja dinâmica, definida por Cícero na fórmula “*Verus testis temporum*”, deve-se ao choque de versões alimentadas ora pela revelação de novos elementos materiais, ora pela reinterpretação com base em seus aspectos formais. Neste plano de constante atualização é que um verdadeiro historiador, isto é, o peregrino que não descansa enquanto não encontra a verdade nem teme as agruras da polêmica, dá forma e transmite as suas descobertas. Evidente que tudo isso passa por um processo de depuração até que possa vir a lume sob o selo particularíssimo de uma espécie de sanção espiritual.

Possuidor dessa bagagem, a qual domina à maravilha por méritos reconhecidos e consagrados em razão de sua profícua e opulenta produção intelectual, o autor desta plaquette enfrentou com galhardia o tema que ela esclarece em definitivo, reconstituindo, assim, todas as etapas da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu.

A pesquisa que se coroou com as palmas do mais completo acatamento dos estudiosos devotados aos assuntos históricos, teve seu início em 1970, quando o autor, ao se debruçar sobre aspectos da fundação de Canguçu, sua estremecida terra natal, teve a atenção voltada para o local denominado Canguçu Velho, que Simões Lopes, doze lustros antes, havia apontado como tendo sido a primeira redução jesuítica do Rio Grande do Sul.

A luva fora lançada; a partir daí, o ilustre filho de Canguçu não mais se furtou ao desafio. Começou por pesquisar no Seminário Jesuíta de São Leopoldo, de onde saiu com a informação de que aquela versão era falsa. Sem esmorecer, continuou a enriquecer-se de indícios favoráveis à sua tese, até chegar à convicção de que o local apontado havia sido a sede da Real Feitoria. Reforçou-lhe a certeza a descoberta de um mapa do terreno dessa instituição no acervo pertencente à Biblioteca Nacional. No entanto, os opositores de sua tese, contestando as evidências hauridas de fontes primárias, recorreram ao Egrégio Conselho Estadual de Cultura/RS com a tese de que a Feitoria teria existido na Ilha do mesmo nome. Embora a manifestação daquele Sodalício, acesa manteve-se a polêmica com base em outra localização aleatória da sede da Real Feitoria, indicando ser a mesma situada “no Continente, em Pelotas”. Deixando que tal contradita continuasse a hostilizar seu ponto de vista e que viesse a amparar-se em provas documentais convincentes, Cláudio Moreira Bento reuniu à exaustão farta documentação sobre o tema num dossiê de 323 páginas indexadas e o apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual recebeu confirmação pelo Ofício nº 124/97, de 24 outubro de 1997. Na mesma ocasião, o escritor e historiador Carlos Reverbel, por meio de carta, transmitiu-lhe a sua adesão.

É lógico que todo esse esforço resultou em grande e original contribuição às histórias do Brasil, do Rio Grande do Sul, de Canguçu e, mesmo, de Portugal, mormente por ter resgatado das espessas camadas do tempo e trazido, assim, ao sol da verdade histórica uma referência que estava a exigir demonstração e ser reescrita com tintas indeléveis, por sua certeza e ho-

nestidade.

E este, precisamente, é o presente trabalho de Cláudio Moreira Bento, em cujas correção e beleza se confirma, mais uma vez como sempre, o elevado grau de saber de um dos maiores incentivadores culturais e historiadores castrenses que nosso País tem conhecido, reconhecido e proclamado em todos os tempos. Lê-lo é uma forma de valorizar quem tem se dedicado à ciência da História e a tem engrandecido com o brilho de um talento invulgar e de uma tão gloriosa trajetória.

Fernando O. M. O'Donnell

do Conselho Estadual de Cultura/RS
do Instituto Histórico e Geográfico do RGS



AO LADO: Foto das ruínas do sobrado sede da Real Feitoria onde, sobre ela sentados aparecem o autor e o proprietário das terras. **ABAIXO:** Foto da cerca de pedra do mangueirão de pedra da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-1789, em Canguçu Velho, Canguçu-RS, construído por escravos da Feitoria, confirmando a minha tese de que naquele local havia funcionado a citada Feitoria. Assunto que abordo nesta obra. As fotos foram tiradas em minhas férias em 1970, quando servia em Recife-PE, no Estado-Maior do atual Comando Militar do Nordeste. Aparecem na foto abaixo, da esquerda para direita: sentados na cerca do Mangueirão meus filhos Cláudio e Carlos Norberto, hoje comandantes CMG da Marinha de Guerra, Ângela, esposa do meu sobrinho fotógrafo Jesus Bento Martins, meu filho Antônio Augusto, hoje oficial Chefe de Máquinas da Marinha Mercante e, crianças teuto-brasileiras, filhos e parentes do proprietário do local. Na foto ao lado localizei as ruínas oitocentistas, tomadas pela mata, do sobrado sede da Real Feitoria. (07 de agosto de 2009, 39 anos depois)



CONTROVÉRSIAS E DÚVIDAS NA HISTÓRIA DO BRASIL



Reconstituição aproximada do sobrado sede e mangueirão de pedra quadrado da sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783/89, cujas ruínas oitocentistas ainda estão bem evidentes em Canguçu Velho, em Canguçu-RS. **Fonte:** Do autor **O negro na sociedade do RGS**.

A História do Brasil, país novo e que pouca importância oficial tem dado à preservação de sua memória histórica, salvo honrosas exceções, é cheia de dúvidas e controvérsias históricas, só solucionadas com aparecimento de documentos primários a justificar ou a pôr por terra hipóteses de trabalho ou tradições, corrigindo, no último caso, equívocos históricos por vezes seculares, até então tidos como verdades.

A maior das dúvidas históricas entre nós foi a do

próprio local do descobrimento do Brasil, o qual, por mais de três séculos acreditou-se e difundiu-se como sendo em Porto Seguro, na Bahia. No entanto, carta de Pedro Vaz e Caminha, redescoberta pelo padre Aires Cassal na Torre do Tombo, em Portugal, no início do século XIX, mostrou que o Brasil fora descoberto em Baía de Cabrália, mais ao norte de Porto Seguro.

Apezar disto as dúvidas ainda persistiram. Em 1972 fomos convidados pelo Ministério dos Transportes, gestão Ministro Mário Andreazza, na qualidade de membro da Comissão de História do Exército de seu Estado-Maior, para emitirmos parecer sobre o assunto. Caso o parecer apontasse Baía de Cabrália como local do descobrimento seria construída até lá uma rodovia federal. Caso contrário a rodovia só iria até Porto Seguro. Estudos que procedemos e que foram traduzidos na obra de Rocha Maia **DO MONTE PASCOAL À BAIÁ DE CABRÁLIA** (1) nos levaram a optar por Baía de Cabrália como local do descobrimento. Nada pudemos concluir sobre o local da 1ª Missa, pois, inclusive, comissão anteriormente nomeada para tal e constituída de seis membros optou por seis locais diferentes, tal a impossibilidade de determiná-lo decorridos tantos anos.

Agora, no recente centenário da Proclamação da República, ainda persistiam várias controvérsias sobre o evento, as quais traduzimos no ensaio **CONTROVÉRSIAS SOBRE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**, que foi amplamente divulgado (2).

Apparício da Silva Rillo em **POPULÁRIO SÃO BORJENSE** (3) derrubou as tradições seculares que eram passadas como história de que sobre a antiga Igreja Matriz de São Francisco de Borja existiam subterrâneos e que a imagem daquele santo tinha sido profanada com cortes de suas pernas, quando em

realidade ela foi esculpida com o santo ajoelhado e, portanto, sem pernas, para melhor fixação. Sem documento não há história. Assim, o surgimento de um documento pode pôr abaixo tradições à semelhança de castelos construídos sobre a areia ou sobre o gelo, por levantados sem apoio documental.

Esta breve introdução é a propósito de dúvida por nós levantada há mais de 30 anos e expressa por escrito pela primeira vez, em 1970, na Coluna A Querência do **DIÁRIO POPULAR**, de Pelotas-RS, nos dias 30 de agosto e 06 de setembro, sob o título “**História da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu**” (4). Assunto sobre o qual alguns autores, sinteticamente, e sem apresentar comprovação e com apoio na tradição oral, a tem definido como tendo funcionado na Ilha da Feitoria, conjunto aparente de três ilhas sendo que a mais do sul vem sendo, desde 1777, conhecida oficialmente em mapas como Canigoçu, Cangazú e Canguçu. A do meio e a maior, abriga a sede da Estância Sotéia. Ilha entre as desembocaduras dos arroios Correntes e Grande (ex-das Pedras, em 1783) na Lagoa dos Patos, em Pelotas. Nossas pesquisas sobre o assunto e publicadas conforme relação em anexo, nos conduziram às seguintes conclusões, com apoio em fontes primárias, principalmente, que apresentaremos e justificaremos:

1. O Rincão do Canguçu era o território continental que fazia frente à Lagoa dos Patos e se estendia até as imediações da cidade de Canguçu atual, entre os arroios Correntes e Grande (ex-das Pedras). Dele estava fora a Ilha da Feitoria. Foi neste Rincão que funcionou de 1783-89 a Real Feitoria do Linho Cânhamo.

2. A primitiva Ilha de Canguçu, e hoje conhecida como da Feitoria, desde 1777, pelo menos, tem sido

propriedade particular e nela jamais funcionou nenhuma instalação da Real Feitoria do Linho Cãnhamo.

3. A sede da Real Feitoria do Linho Cãnhamo do Rincão do Canguçu funcionou no ponto mais alto Rincão do Canguçu, local que passou a ser conhecido como Canguçu Velho, a partir de 1800, com a fundação da atual cidade de Canguçu. Canguçu Velho cujas ruínas ali existentes (sobrado e mangueirão quadrado de pedras) e por mim redescobertas foram confundidas como tendo sido a da primeira redução jesuítica, por um pesquisador apressado, num momento de bairrismo regional, segundo assinalou e não contestou o grande J. Simões Lopes, por não dispor aquele tempo de elementos.

4. Com a transferência da Real Feitoria do Linho Cãnhamo do Rincão do Canguçu, em 1789, para o Fachinal da Courita, em São Leopoldo atual, o Rincão de Canguçu passou a se constituir, com o nome de Estância Feitoria, uma das sete estâncias formadoras de Pelotas. Estância que por volta de 1795 passou a pertencer ao rico e importante capitão mór de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates. Neste mesmo ano ele recebeu uma sesmaria na região da atual cidade de Canguçu e entrou de posse da Ilha da Feitoria onde estabeleceu a sede de seu vasto domínio na Estância da Sotéia, que também chamou-se da Feitoria e São Francisco Xavier, em função de oratório que ali existiu em invocação aquele Santo. Entrou de posse desse vasto domínio em época coincidente com a morte do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira que foi substituído por seu cunhado, o Coronel Manoel Marques de Souza 1º no Comando Militar da Fronteira do Rio Grande e grande sesmeiro em Canguçu no vale do rio Piratini e futuro padrinho do Marquês de Tamandaré e avó do

Conde de Porto Alegre e hoje patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas, por proposta por nós instruída.

5. Que o nome da Feitoria da primitiva Ilha de Canguçu, não advém da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu mas, sim, da Estância Feitoria, uma das sete estâncias primitivas de Pelotas e que passou a ser comandada da Estância Sotéia da Ilha da Feitoria.

6. Cabeça de um vasto latifúndio que ia da Ilha e ultrapassava um pouco Canguçu. Latifúndio situado estrategicamente à beira do caminho terrestre Rio Pardo - Rio Grande e do canal de navegação principal Porto Alegre - Rio Grande. Portanto, com suas extremidades junto a duas esquinas do Rio Grande antigo e importantes rotas comerciais e de comunicações.

7. Que documentos cartoriais de Registro de Imóveis de Pelotas comprovam que a ilha pertenceu a Paulo Xavier Rodrigues Prates e seus descendentes, de 1795 a cerca de 1864.

8. Que o nome de Ilha da Feitoria e primitiva Canguçu começou a aparecer em documentos cartoriais a partir da Revolução Farroupilha e, ainda, em 1888, ela figurava no DICIONÁRIO IMPERIAL GEOGRÁFICO com o nome de Canguçu. Qual seria a razão da mudança de Ilha Canguçu para Feitoria? É a pergunta que fica no ar para os cartógrafos da Marinha e Exército.

9. Que a Real Feitoria foi anterior à fundação das cidades de Canguçu e Pelotas e suas terras hoje abrangeriam porções dos municípios de Canguçu, Pelotas, portanto tradição hoje repartida entre os dois, até a criação de outros municípios abrangendo terras do primitivo Rincão do Canguçu que é o caso de Turuçu.

LOCALIZAÇÃO DO RINCÃO DE CANGUÇU POR FONTES PRIMÁRIAS

Conforme mapa levantado em 1783, pelo Capitão Alexandre Eloy Portelli (5), do Rincão do Canguçu onde já haviam iniciado os trabalhos da Real Feitoria do Linho Cãnhamo do Rincão do Canguçu, aquele território abrangia as terras entre os arroios Correntes e o das Pedras (atual Arroio Grande) e entre a Lagoa dos Patos e alturas indeterminadas da Serra dos Tapes, nas cabeceiras do Arroio Moinho, próximo à atual cidade de Canguçu. O mapa excluía do Rincão do Canguçu a Ilha de Canguçu, hoje conhecida como da Feitoria. Ilha lacustre que em mapa levantado em 1777 (6), figurava como propriedade de Manoel José Viana e tinha na sua extremidade sul a denominação Ponta do Canigoçu.

Segundo se conclui da **REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS**, nº 23, 1930, o Rincão de Canguçu, então chamado de Rincão Correntes e contíguo ao Rincão de Pelotas estava de posse do Capitão Mór de Viamão Manoel Bento Rocha (7). O referido Manoel Bento Rocha havia adquirido Rincão de Pelotas por compra dos herdeiros do Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório que fora enforcado em Portugal sob a acusação de haver entregue, sem luta, a Fortaleza de Santa Tereza no atual Uruguai ao General D. Pedro Ceballos, o invasor do Rio Grande em 1763. Coronel cuja memória defendemos, por julgá-lo vítima de uma grande trama, em trabalho que fizemos entrega ao Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, em Tramandaí-RS.

O Capitão mór de Ordenanças de Viamão era pessoa

importantíssima no Rio Grande de então. Era casado com D. Izabel Francisca da Silveira. Foi o fornecedor de carnes ao Exército do Sul ao comando do Tenente General Henrique Böhn que de 1774-79 atuou no Rio Grande na expulsão dos espanhóis de São Martinho, Santa Tecla e Vila do Rio Grande. Esta em 1º de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula, santo que por esta razão veio a ser escolhido padroeiro de Pelotas e nome da primitiva povoação que deu origem a esta cidade.

Bento Rocha testemunhou favoravelmente em processo a que foi submetido Rafael Pinto Bandeira, da acusação de apropriação indébita das presas de guerra feitas na conquista de São Martinho. Possuiu estâncias em diversos locais do Rio Grande: N. S. da Saúde ao sul do Jacuí, defronte a Triunfo, obtida por concessão em 1781; em Capão da Canoa; no Curral do Arroio, em Santa Vitória atual; no Laranjal, em Pelotas; no Rincão do Canguçu, em Canguçu e Pelotas atuais. Esta ele foi obrigado a devolver como se verá, por ordem do vice-rei para nele ser instalada a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu em 1783.

D. Luis de Vasconcelos vice rei do Brasil que mandou instalar a Real Feitoria do Rincão do Canguçu, a transferiu para São Leopoldo atual, assim se referiu em relatório ao seu substituto o 2º Conde de Resende, 13º vice rei do Brasil, ao entregar-lhe o vice reino:

"Para o estabelecimento da Real Feitoria do Linho Cânhamo foi escolhido um rincão denominado do Canguçu, de que se achava empossado um particular (refiria-se ao Capitão mór de Viamão Manoel Bento Rocha) com um daqueles títulos ilegítimos com os quais o Coronel Rafael Pinto Banedira se tem feito senhor de muitos outros terrenos, e logo vende como fez a este por dinheiro." (8)

Antes assim referiu ao Coronel José Ribeiro da Costa, comandante militar do Rio Grande, interino, de 1787-1801, que substituíra o Coronel Rafael Pinto Bandeira neste posto, depois este teve de exercê-lo de 21 de janeiro de 1784 a maio de 1787, ocasião em que se tornou o primeiro riograndense a governar o Rio Grande.

"O lugar ou Rincão de Canguçu, em que está a Real Feitoria é grande e de muitos bons pastos." (9)

Era tão grande o Rincão de Canguçu (ou do Correntes) que tinha igual extensão ao de Pelotas, a concluir-se desta referência documental constante da citada **REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS:** (10)

"O mesmo cap. mór (tratava-se de Manoel Bento Rocha) estando de posse de outro rincão denominado Correntes (depois chamado rincão do Canguçu) de igual extensão que o rincão de Pelotas, o fez despejar dele (do rincão de Correntes ou do Canguçu) o brigadeiro governador do Rio Grande (Sebastião Veiga Cabral da Câmara) atual, para nele acomodar casais vindos de Maldonado e outros que se achavam sem estabelecimento (deslocados da guerra 1763-77)."

Portanto o Rincão do Canguçu era pelo tamanho igual ao que pertencera ao Coronel Thomaz Luiz Osório e adquirido de sua viúva pelo Capitão mór de Viamão Manoel Bento Rocha. Sem dúvida, descrição que não se coaduna com um rincão na primitiva Ilha de Canguçu e atual Feitoria, para uns uma restinga, para outros um arquipélago de três ilhas e para outros uma só ilha o que ficaria evidente nas secas.

O porto da Real Feitoria do Linho Cânhamo era no arroio Correntes a margem esquerda e próximo de sua foz, o que fica evidente nesta carta do vice rei D. Luiz de Vasconcelos ao comandante e governador militar do Rio Grande Coronel José Ribeiro da Costa, ao instruí-lo do modo de como transferir o pessoal e material da Real Fei-

toria de Canguçu para São Leopoldo:

"Do Rincão do Canguçu se pode transportar tudo embarcado a Porto Alegre, fazendo-se as conduções (transportes) do porto que serve a mesma feitoria (Real Feitoria) no arroio Correntes em pequenos barcos e canoas grandes até a qualquer barco que receba os efeitos (produção), e escravatura (escravos) e o mais que se deve mudar. Referido barco deverá estar no canal por onde se atravessa quando da Real Feitoria se conduz alguma coisa para Rio Grande." (11)

Como se viu não há nenhuma referência a embarques na Ilha de Canguçu e hoje da Feitoria, cujo canal de navegação passava e passa próximo dela a concluir-se das cartas de navegação nº 2105 e 2112 da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, focalizando respectivamente na Lagoa dos Patos o Canal da Feitoria e proximidades, levantado em 1988.

Caso a Real Feitoria tivesse funcionado na ilha o lógico seria que o material a ser transferido para Porto Alegre fosse embarcado em porto da Ilha da Feitoria. Mas não foi assim que a fonte primária apontou, ou seja, carta do vice-rei Luiz de Vasconcelos, o maior interessado no assunto.

Aliás estranhamos a denominação Feitoria, pois ainda em 1863, antes do início da Guerra do Paraguai, a ilha figura como o nome de Ilha Canguçu na obra de Eudoro Berlink, **COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA DO RGS** (Porto Alegre, 1863), à página 23. Obra adotada pelo governo da Província, para ser usada pelas escolas públicas do Rio Grande, depois de ouvido o seu Conselho Diretor da Instrução Pública. Neste ponto já havíamos insistido em artigo A Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-1789 no **DIÁRIO POPULAR**, Pelotas, 19 de julho de 1986, em que exploramos o mapa levantado do Rincão do Canguçu, e, 1983, artigo que lamentavel-

mente não pode ser publicado pelo jornal por razões técnicas. Sobre arroio Correntes escreveu Eloy Portelli:

"Os práticos informam que o arroio Correntes é navegável até o passo da Cachoeira (na altura dos Três Cerros) ... O Correntes contudo oferece mais comodidade do que o das Pelotas (e atual Grande) para transportes. Dizem existir um canal junto à costa do Canguçu (atual Ilha da Feitoria) na Lagoa dos Patos. Este canal que penetra num saco (antiga Lagoa de Dentro e atual Lagoa Pequena) situado para além da barra da lagoa (dos Patos) e onde o Correntes desemboca. Isto permite navegarem no Correntes grandes embarcações." (12)

Aqui mais uma evidência em uma fonte primária de história de que o porto da Real Feitoria ficava no Continente e não na Ilha de Canguçu e atual da Feitoria.

Pelo mapa citado de Eloy Portelli, o único caminho que registra foi um que atravessava o Rincão do Canguçu nos passos das Pedras e Correntes, fazendo parte, seguramente, do caminho terrestre Rio Pardo. Caminho que passava junto ao **"sítio mais alto da fazenda (feitoria) onde se pode fazer um grande potreiro"**, o qual coincide com a atual Canguçu-Velho que consideramos, com base em vários indícios e ruínas oitocentistas lá existentes, além de ser o ponto mais alto da serra dos Tapes e também do primitivo Rincão do Canguçu, como a sede da Real Feitoria. Por combinação deste caminho terrestre com o navegável arroio Correntes e mais o canal da lagoa, entre sua foz e Lagoa dos Patos, próximo da Ilha Canguçu, era fácil atingir-se o canal de navegação Rio Grande - Porto Alegre. A Real Feitoria possuía muares, a concluir-se do Relatório de passagem do Vice Reino do citado vice-rei D. Luiz de Vasconcellos. E a pecuária teve grande desenvolvimento na Real Feitoria no Rincão do Canguçu:

"Não se perdeu contudo o tempo no adiantamen-

to na criação de animais para o sustento de indivíduos (pessoal) e cavahada para o serviço da Feitoria, conhecendo-se nesta parte tanto aumento, que se não fossem as despesas dos mantimentos e jornais (vencimentos) dos trabalhadores não seria difícil a independência da Real Feitoria de outros socorros (recursos)". (13)

Em 1788, em Canguçu atual o rebanho da Real Feitoria era 3.031 bovinos e 105 muares e cavalares, além de haver produzido durante seu período alí, 1.450 couros, além de 255 quilos de sebo, 142 queijos, 1.380 quilos de estopa e 8.400 quilos de linho, seu objetivo principal, segundo exposição em 1801 de seu administrador em São Leopoldo, o padre Antônio Gonçalves Cruz que consultei no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Documento 10, Lata 48).

Em Canguçu Velho existem ainda vestígios do mangueirão quadrado usado na sede da Real Feitoria erigida no local mais alto do Rincão do Canguçu indicado em 1783 por Portelli como ideal **"para levantar-se um potreiro"**.

Em nossos trabalhos **O NEGRO NA SOCIEDADE DO RGS e CANGUÇU REENCONTRO COM A HISTÓRIA**, constantes do anexo, publicamos fotos das ruínas do sobrado e mangueirão de pedra da sede da Real Feitoria, em Canguçu Velho.

Canguçu Velho foi visitado em, 1912 por J. Simões Lopes Neto, ano em que se comemorava o centenário das freguesias gêmeas de Pelotas e Canguçu. A visita ele a realizou na presunção, pelo que lhe constava pela tradição oral, que ali havia funcionado a primeira redução jesuítica do Rio Grande do Sul – a de São Nicolau, por haver confundido o responsável pela confusão histórica, os rios Piratini e Icamaquã das Missões com os nossos Piratini e Camaquã, assunto que esclarecemos com auxílio dos jesuítas

do Cristo Rei de São Leopoldo e traduzimos no artigo CANGUÇU REDUÇÃO JESUÍTICA ? (14) no qual rebatemos o equívoco e reafirmamos nossa convicção que ali havia sido a sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo 1783-89, pelos vestígios ainda existentes e outros fortes indícios.

Da visita a Canguçu, J. Simões Lopes Neto publicou uma reportagem alusiva ao centenário da freguesia de Canguçu na **REVISTADO CENTENÁRIO DE PELOTAS Nº4**, em 1912, pelo que o considero o 1º historiador de Canguçu a cuja memória ele prestou relevante serviço e foi a partir dela que comecei a pesquisa sobre Canguçu. Ele aceitou e transmitiu o equívoco de ali haver funcionado a primeira redução jesuítica que é compreensível dado o atraso nos estudos históricos. Mas para justificar a povoação que ali teria existido, para ele uma redução jesuítica e para mim a sede da Real Feitoria, ele escreveu após demoradas observações no local, com apoio em pessoas conhecedoras do local **"Canguçu Velho repousa sobre o pendente Leste-Norte de uma extensa colina. Dela alonga-se uma vasta área quase plana, que vai fazer a margem direita no arroio, hoje do Moinho, de límpidas águas roladas sobre pedras e de volume bastante para uma grande população. Em frente e aos lados ergue-se a serra como defesa natural fácil de realizar. Para traz os campos ricos de pastagens abundantes de gado de toda a espécie, para alimento e trabalho. Próximo e de um lado o veio cristalífero e mineral (cristal de rocha), no outro lado, camadas de terra humosa de um metro ou mais de espessura para frutas e cereais"**. (15)

Portanto era a região do Rincão do Canguçu com água abundante, campos próximos ricos para a pecuária e terras próximas férteis para a agricultura, com água próxima para sustentar um grande população, região de fácil defesa e no ponto mais elevado do rincão. Portanto ideal para ali fun-

cionar a sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo, além de próximo do caminho histórico Rio Pardo-Rio Grande.

Do contrário como explicar as ruínas oitocentistas ainda existentes no local anteriores a fundação da cidade de Canguçu em 1800, cerca de 11 anos após a transferência da Real Feitoria para São Leopoldo e erigida em local contestado, o Rincão do Tamanduá, pelo dono do imenso latifúndio que vinha desde a Ilha de Canguçu e atual Feitoria – do Capitão mór de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates. E mais, fundação atendendo ao pedido formal de 140 moradores e vizinhos **"do Arroio das Pedras, denominado Canguçu, distrito dessa Freguesia de São Pedro do Rio Grande com 1.000 pessoas de sua obrigação"** (16), conforme requerimento que enviaram ao governador do Continente de São Pedro, ao final de 1799, para levantarem uma capela, o que foi feito em Canguçu atual e não em Canguçu Velho, por certo para não ficar incrustada nas terras do citado Capitão mór de Laguna.

O vice-rei D. Luiz Vasconcelos, já várias vezes citado no relatório de transferência do Vice Reino, assim alude a produção do linho cânhamo na Real Feitoria:

"Ainda que as primeiras sementeiras de linho que se fizeram no dito Rincão do Canguçu prometeram uma feliz produção, por ter crescido linho de boa elevação (tamanho) e excelente fibra, segundo o resultado de experiência feitas nas amostras que enviei a esta Corte (a Lisboa), as quais tive particular satisfação de corresponderem as do melhor linho de Riga. Contudo indo em maior aumento às proporções das sementes que se foram colhendo, não me apareceu muito fértil aquele terreno pela pequena cultura do linho plantado nos campos, sendo isso necessário aplicar maior força de trabalho em derrubadas de mato virgem, de cujas terras se tiravam maior utilidade pela bondade

(qualidade) e altura do linho que produziam." (17)

Vê-se que os campos não aprovaram para o plantio do linho e foi necessário derrubar matos abundantes próximos de Canguçu Velho, conforme assinala mapa de Eloy Portelli, para linho comparável ao famoso de Riga ser produzido. Conforme assinalamos, a Real Feitoria produziu em Canguçu, até sua transferência para São Leopoldo, em 1789, mais de 8 toneladas de linho, sendo que em 1788 bateu em Canguçu o seu recorde de produção de toda a sua existência em Canguçu e São Leopoldo até 1824, sendo que neste último local dispôs de bem maiores recursos, humanos principalmente.

É uma contradição a decisão de transferência da Real Feitoria sob o argumento de fertilidade insuficiente.

Em realidade, o problema do linho residia na falta de sementes adaptadas às condições de Canguçu e São Leopoldo, conforme se conclui de ofício do vice-rei Conde de Resende, em 1800, ao Ministério Ultramarinho. (18)

Este ofício contrariava o sentido do que citado vice-rei informara ao Príncipe D. João, 11 anos antes, ao comunicar-lhe a transferência da Real Feitoria para São Leopoldo, ao mesmo tempo que enviava ao Príncipe a maior produção da Feitoria – a de 1788.

Assim, o Conde de Resende explicou a D. João a transferência da Feitoria de Canguçu para São Leopoldo:

"Pouca fertilidade do Rincão do Canguçu onde se formou o estabelecimento." (19)

O assunto era importante e ao nível estratégico. Interessava ao príncipe D. João, aos dois vice-reis, a dois governadores do Continente. O linho era para navegação o que hoje é o petróleo. E Portugal procurava ficar independente da Inglaterra, daí a importância que teve de 1783-89 o Rincão do Canguçu que atualmente se estenderia por terras de Canguçu, Pelotas e Turuçu.

ILHA DE CANGUÇU E ATUAL FEITORIA

— ENTENDIMENTO —

Ficou claro à luz de fontes primárias de que a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-89 não funcionou e nem teve nenhuma ligação com a Ilha de Canguçu e atual da Feitoria. Documentos cartoriais assinalam a partir de 1846 esta denominação local, mas não constantes dos mencionado **COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA DO RGS** de 1863, aprovado para o uso em escolas públicas do Rio Grande e nem no **DICIONÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO** de 1888. Como explicar esta quebra da tradição? Tentaremos!

Com a transferência da Real Feitoria de Canguçu para São Leopoldo em 1789, o primitivo Rincão do Canguçu que já pertencera ao Coronel Rafael Pinto Bandeira, ao Capitão mór de Viamão Manoel Bento Rocha e ao Governo, passou ao domínio do Capitão mór de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates e por volta de 1795. Sua estância no primitivo Rincão do Canguçu passou a chamar-se Estância Feitoria. E com este nome ela figura ocupando o primitivo Rincão do Canguçu, em mapa das sete estâncias formadoras de Pelotas, levantado e organizado pelo historiador pelotense Alfredo Coelho da Cunha e publicado na 1ª edição do **CIDADE DE PELOTAS**. (20)

Estância Feitoria com as seguintes lindes segundo o citado historiador em artigo de 1928:

"Fazia e frente a Lagoa dos Patos e atingia, pelos fundos, eminências indeterminadas da Serra dos Tapetes. Corria-lhe o Arroio Grande ao norte (ex-das Pedras). Era ao sul pelo arroio Correntes." (21)

Esta descrição corresponde exatamente ao primitivo Rincão do Canguçu e anteriormente Rincão Correntes, onde funcionou a Real Feitoria. A estância descrita não incluía a Ilha Canguçu e atual da Feitoria.

O citado Capitão mór Paulo recebeu por esta época mais um acréscimo a seu patrimônio e um prolongamento dele e na região da cidade de Canguçu e imediações. Foi uma sesmaria de 1,5 légua de comprimento e 1 (uma) de largura no caminho do Rio Pardo. (22)

Posteriormente, ou na mesma época, entrou de posse da Ilha de Canguçu e atual da Feitoria, atual Fazenda Sotéia, debruçada na Lagoa dos Patos e que também chamou-se Feitoria e São Francisco Xavier, a concluir-se de estudos de Carlos Grandmasson Rheigantz sobre o Capitão mór Paulo e seus descendentes que herdaram a ilha e ali ainda eram proprietários ou residiam, até pelo menos início da Guerra do Paraguai em 1865, como se verá, como apoio em documentos cartoriais obtidos pelo canguçuense e fundador e primeiro Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas – Major Angelo Pires Moreira que muito nos ajudou a esclarecer este assunto.

Assim, a ilha passou a ter a denominação de Feitoria, não por ali haver funcionado a Real Feitoria do Linho cânhamo, mas sim por ter passado a ser a sede da Fazenda Canguçu, Feitoria, São Francisco Xavier e atualmente Fazenda Sotéia. Dela o capitão mór Paulo passou a administrar seu enorme latifúndio. Sim, a atual Fazenda Sotéia aparece até como Canguçu!

Aí está a raiz das divergências entre os que com apoio na tradição ou fontes históricas de segunda, terceira e quarta mãos ou, de uma leitura incorreta das fontes primárias, têm considerado a Ilha da Feitoria como o Rincão do Canguçu e, por via de consequência, o local onde funcionou a Real Feitoria, ao contrário de nós, com

apoio em fontes primárias, localizamos o Rincão do Canguçu no Continente e de que o nome local de Ilha Feitoria advém da Estância da Feitoria que aí teve sede na atual Fazenda Sotéia a qual governava o imenso território que além da ilha abrangeu o antigo Rincão do Canguçu e uma sesmaria na região da cidade de Canguçu e imediações.

O Capitão mór de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates foi sesmeiro em local da atual cidade de Canguçu a partir de 1795 e foi parte de uma rumorosa questão de terras com João Francisco Teixeira de Oliveira, da qual resultou o terreno onde foi erigida a atual cidade de Canguçu, então doado a N. S. da Conceição. Eu abordo, com apoio em fontes primárias, esta rumorosa questão em **CANGUÇU REENCONTRO COM A HISTÓRIA** (23), que com o presente estudo ficará mais clara.

CAPITÃO MÓR DE LAGUNA PAULO RODRIGUES XAVIER PRATES (1743-1813)

Como se viu, ele foi proprietário de um vasto latifúndio que abrangia a época a Ilha de Canguçu (atual Feitoria), a estância Feitoria (que abrangeu o Rincão do Canguçu onde funcionou a Real Feitoria) e o Rincão do Tamanduá (onde foi fundada a atual cidade de Canguçu em 1800).

Quem foi este ilustre e poderoso personagem tão ligado aos primórdios de Canguçu e Pelotas? É o que tentaremos explicar da interpretação de múltiplas fontes históricas visando mostrar que ele foi proprietário

da Ilha Canguçu (atual da Feitoria) que passou como herança a alguns de seus 11 filhos.

Paulo Rodrigues Xavier Prates nasceu em Laguna - SC, em 1743. Era filho do Capitão mór de Laguna João Rodrigues Prates, natural de Estremo - Évora em Portugal e que veio a tornar-se dos primeiros estancieiros lagunenses a se estabelecer no Rio Grande, na região do Viamão, e tronco da ilustre família Prates que deu ao Rio Grande entre outras personagens o 1º Bispo do Rio Grande, D. Feliciano Prates (24) e o Dr. Júlio Prates de Castilhos. A mãe do Capitão Paulo era D. Izabel Gonçalves Ribeiro natural de Laguna-SC e filha de outro dos primeiros estancieiros lagunenses a se estabelecer no Rio Grande, na região Viamão, Manoel Gonçalves Ribeiro. Era irmão mais velho do Capitão Paulo o padre Francisco Xavier Rodrigues Prates, o instalador e 1º administrador da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu em 1783 e que ali faleceu logo em seguida, deixando na toponímia de Pelotas o Arroio do Padre, do qual derivou a Colônia do Padre que nada tem a ver com a denominação de Arroio do Padre Doutor, alusiva ao tio de Hipólito da Costa que ali residiu depois de 1780, bem como o citado patrono da Imprensa Brasileira. (25)

O casal João e Izabel, pais de Paulo, deixaram Laguna para virem cuidar de seus vastos patrimônios do Rio Grande. Em Laguna ficaram parentes do casal em importantes funções. Paulo foi eleito pela Câmara de Laguna para o Terço de Ordenanças, constituído de no mínimo 3 companhias e destinadas a auxiliar os oficiais de Justiça e de Fazenda, mediante requisição, e tropa de reserva, em caso extremo, da tropa de 1ª linha, e encarregada de executar o recrutamento para o Exército e Marinha. Era pois homem poderoso que satisfiz a con-

dição exigida para o cargo de **"ser pessoa de qualidade e da 1ª nobreza"**, podendo por outro lado comerciar. Cada Companhia de Ordenanças era composta de 1 capitão, 1 alferes, 1 sargento, 10 cabos e 250 soldados, todos reconhecidamente idôneos. Segundo instruções da época este serviço militar bem como no das Milícias era assim considerado:

"É vida muito decente e própria para os homens ganharem merecidamente a honra e para adiantarem suas graduações e fortunas." (Alvará de 15 de outubro de 1764 baixando no ano seguinte à invasão do Rio Grande por Espanha).

Paulo exerceu as funções de Capitão mór de Laguna até novembro de 1775, quando, a pedido, foi dispensado das funções que vinha exercendo desde 1770, com prolongadas licenças para cuidar dos interesses de sua mãe e os que herdara no Rio Grande, na Aldeia dos Anjos (Gravataí atual) em razão da morte de seu pai. Dois anos antes já havia casado em Aldeia os Anjos com a filha de Rio Grande, Joaquina Marques de Souza, irmã do mais tarde Marechal Manoel Marques de Souza 1º que guiara o ataque principal em 1º de abril de 1776 a Vila de Rio Grande, há 13 anos em mãos dos espanhóis, como tenente Dragões de Rio Pardo e servindo de ajudante-de-ordens do Tenente General Henrique Bohn, comandante do Exército do Sul que libertou o atual Rio Grande do Sul. Marques de Souza era avô do Conde de Porto Alegre e parente e padrinho de batismo do futuro Marquês de Tamandaré, o Patrono da Marinha de Guerra do Brasil e nascido em Rio Grande. O Capitão mór Paulo e D. Joaquina tiveram 11 filhos de 1770-1792, todos nascidos na região de Gravataí atual, onde possuíam propriedade, sendo que os 4 primeiros durante a Guerra do Sul 1763-76. Foram eles, com apoio

em Carlos G. Rheingantz (26) e elementos cedidos pela Prof. Ilka Guites Neves: 1- Joaquim de Souza Prates (padre, 1770); 2- Joaquina de Souza Prates (1772, casou com capitão José Joaquim Gouveia que cuidava dos interesses do sogro em Canguçu por volta de 1784 (27), cuja esposa ainda vivia na Ilha de Canguçu e atual da Feitoria em 1880 (28); 3- Ana (Marques) de Souza Prates (1774, a qual casou com Carlos Pereira Lago e mãe do capitão Carlos Aurélio de Souza Prates que conforme documentos cartoriais herdou uma fração da Ilha de Canguçu (atual da Feitoria) em 1852 (29); 4- Bernardina Marques de Souza Prates (1776, casou com Antônio José Carneiro); 5- Brígida Marques de Souza Prates (1778, casou com Antônio Soares da Silva); 6- Joaquim Silvério de Souza Prates (1780, e faleceu em Boqueirão em 1862); 7- Felicina de Souza Prates (1782, que foi casada com Francisco Lopes Soares); 8- João Marques de Souza Prates (1784, que casou em Canguçu com Ana Fausta de Figueiredo em 1835, aos 51 anos); 9- Maria Cizelina de Souza Prates (1787, que casou **"em 1808 no oratório São Francisco Xavier da Fazenda Canguçu"**, para nós atual Fazenda Sotéia, com Antônio Marques de Oliveira); 10- Antônio José Rodrigues Prates (1789, e faleceu solteiro em Boqueirão - São Lourenço do Sul atual); 11- Feliciano Rodrigues Xavier (1792, que faleceu solteiro tendo com Maria Filisbina Rosa 3 filhos entre eles Senhorinha Carlota Rodrigues Prates que recebeu em 1846, por partilha da herança de seu pai, uma fração da Estância Feitoria na Ilha de Canguçu. Senhorinha ainda se encontrava na ilha em 1880 segundo documento cartorial). (30)

Em 1855, Senhorinha foi co-herdeira junto com seu primo Carlos Aurélio Souza Prates de uma fração na Ilha de Canguçu, da Estância Feitoria. Foi a filha do ca-

pitão Paulo, a D. Ana de Souza Prates e mãe de Carlos Aurélio de Souza Prates falecida em 1853 que vendeu dois quinhões da ilha aos tios bisavós do autor Joaquim Gomes de Araujo (originário do vale do Piratini) e sua prima Delfina Gomes de Borba (originária da Armada em Canguçu, no vale do rio Camaquã e filha de Malaquias Borba).

A presente demonstração de que o Capitão mór Paulo foi proprietário além da Estância Feitoria (no antigo Rincão do Canguçu) e da sesmaria no Rincão do Tamanduá (cidade de Canguçu e imediações), da Ilha de Canguçu e atual da Feitoria, foi feita com apoio em interpretação anteriores do autor confirmadas pelo estudo, integração e interpretações em documentos de partilhas e vendas de terras ali ocorridas em 1846, 1852 e 1880 e que me foram cedidas pelo Major Ângelo Pires Moreira e que por sua vez lhe foram cedidas pelos atuais proprietários da Ilha de Canguçu e atual da Feitoria, cuja sede, que atualmente se chama Sotéia, e que já foi chamada em documentos, de Canguçu, São Francisco Xavier e Feitoria. Este, nome mais vinculado à Fazenda Feitoria existente na ilha do que à ilha tradicionalmente Canguçu, conforme demonstrado, mas que acabou se impondo.

A comprovação da propriedade da ilha pelo Capitão Paulo foi muito auxiliada por Carlos G. Rheigantz em **POVOAMENTO DO RIO GRANDE**. (31)

Angelo Pires Moreira e Carlos Rheigantz me ajudaram a provar que a Ilha de Canguçu e atual da Feitoria foi herdada pela 2ª e 3ª filhas Joaquina Prates e Ana de Souza Prates e 11º filho Feliciano Rodrigues Xavier Prates (o caçula) do Capitão mór Paulo.

Seguramente ao transferir-se por volta de 1795 da Aldeia dos Anjos para atual Ilha da Feitoria e primitiva

de Canguçu, vinha morar mais próximo da imensa família de sua esposa, muito antiga e prestigiosa na Vila de Rio Grande e, imediações, cujas terras haviam iniciado a povoar antes da invasão espanhola de 1763, como o seu cunhado Tenente Luiz Francisco Marques Fernandes que estabeleceu estância, cujas ruínas ainda existem, e que serviu de base de guerrilhas para Rafael Pinto Bandeira contra os espanhóis dominando a Vila do Rio Grande. Estas ruínas ficam em Canguçu. O Capitão Paulo era tio avô de D. Feliciano Rodrigues Prates e 1º bispo do Rio Grande do Sul. Ele foi visitado na Ilha da Feitoria em 1809 pelo comerciante inglês John Luccok, que sobre ele e sua propriedade deixou valiosas impressões tais como:

"Era uma major de Milícias, homem alto e bem apessoado. Trajava casaco e colete de algodão, calças de fustão, botas a moda de Hesse e um chapelão de palha manufatura caseira. Num boldrié de couro preto exibia a tiracolo uma faca de mato." (32)

O comerciante referiu que eram três ilhas. Que a mais do sul, por onde passava próximo o canal de navegação da Lagoa dos Patos, chama-se Ilha Cagazú o que a tornava um ponto obrigatório da navegação Porto Alegre-Rio Grande. Mencionou que o major Paulo possui sua casa na ilha maior o que corresponde a Fazenda Sotéia atual. Que na época, na Ilha Canguçu, ele estava explorando uma fábrica de sabão, aproveitando o sebo e cinzas que vinha obtendo de três tipos de madeira. Avaliou o patrimônio do proprietário em 8.000 cruzados ou cerca de 9.000 libras esterlinas.

O então major Paulo morreu na estância em 13 de junho de 1813 de dor no peito (angina ou do coração), sendo transportado de barco até Rio Grande onde foi sepultado.

A descrição do arquipélago da Feitoria por Luccock é a única que conhecemos até hoje. Ela nos dá a impressão que o capitão Paulo reduzira seu imenso latifúndio a ilha, ou arquipélago ou restinga da Feitoria, tarefa a ser definida pelos geógrafos. Os 11 filhos do major, agora entre 21 e 43 anos, estariam explorando o seu latifúndio no Continente. A mudança do posto de capitão mór de Ordenanças após para o de major de Milícias se explica em razão do Dec. de 7 de agosto de 1796, passar a considerar Milícias toda de 2ª linha que até então eram organizadas em Ordenanças e Auxiliares. Em 1831 as Milícias foram substituídas pela Guarda Nacional (33). Guilhermino César não definiu o local da Real Feitoria em **HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL**. Talvez por sentir estar em solo movediço. (34)

UM APOIO OPORTUNO E ELUCIDATIVO DA GENEALOGISTA ILKA GUITTES NEVES

Quando nossa pesquisa havia chegado a este ponto de convencimento, recebemos valiosos subsídios solicitados à distinta e competente historiadora e genealogista professora Ilka Neves (35) sobre o Capitão mór Paulo, em complemento ao que já havia nos enviado sobre o mesmo. Subsídios onde avulta o inventário do Capitão Paulo, aberto em 8 de outubro de 1813 e do qual foi inventariante sua esposa D. Joaquina Marques de Souza. Inventário que vem confirmar o que até agora havíamos afirmado de que o antigo Rincão do Canguçu, no Continente, e a primitiva

Ilha de Canguçu e atual da Feitoria eram propriedade do falecido Capitão Paulo. Diz o inventário que pertenciam ao falecido capitão Paulo R. X. Prates:

"- A estância denominada Canguçu, com 3 léguas de comprimento por uma de largura a qual se divide a noroeste com a Serra dos Tapes, e pelo nordeste com Arroio Grande (ex-das Pedras) e pelo sudeste com o Arroio Correntes.

- Uma ilha nos fundos do mesmo campo da estância (Canguçu), circundada pela Lagoa dos Patos com 1,5 léguas de comprimento por 1,4 de largura."

Portanto, é confirmado o que afirmei que o Capitão Paulo foi proprietário de três propriedades que iam da Lagoa dos Patos, incluindo a Ilha Canguçu, atual da Feitoria, até além da atual cidade de Canguçu no vale do Piratini e Camaquã.

Ainda em 1801, existia a denominação de Rincão do Canguçu onde havia funcionado da Real Feitoria de 1783-89, conforme esta concessão feita pelo Rei de Portugal a Antônio José Marques: **"Sobras do Rincão denominado Canguçu, no qual possui sesmaria Paulo Rodrigues Xavier Prates, com as seguintes confrontações: oeste Serra do Herval (Tapes); norte o Arroio Grande; sul o Arroio Correntes e leste a Lagoa (dos Patos)."** (36)

Mais uma confirmação documental de que o Rincão do Canguçu ficava no Continente.

Sobre a ilha denominada Canguçu e hoje Feitoria, consta a seguinte concessão a viúva D. Joaquina Marques de Souza, em 1814:

"Ilha na Fronteira do Rio Grande denominada Canguçu, comprada por seu falecido marido Paulo Rodrigues Xavier Prates de Manoel Marcelino que por sua vez a adquiriu de seu parente (capitão mór de Viamão) Manoel Bento Rocha. A ilha dividi-se ao

norte por um arroio estreito, pelo sul com a Lagoa dos Patos, ou canal por onde navegam as embarcações para o Porto Alegre, a leste com a Lagoa dos Patos e a oeste com a Lagoa Pequena que existe entre a Fazenda Pelotas e a mesma ilha." (37)

Este documento revela mais uma propriedade que pertenceu ao rico e empreendedor Capitão mór de Vião Bento Rocha, que recorde em nosso livro **A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro; BIBLEX, 1996. (Publicação 642, Coleção Taunay, volume 026).

Os documentos mostrados foram contribuição oportuna da historiadora Ilka Neves e falam por si só que o primitivo Rincão do Canguçu, em 1813, era a sesmaria ou estância Canguçu do Capitão mór Paulo e que a ilha era ainda chamada Canguçu. Onde e estaria a origem da mudança do nome de Canguçu, do Rincão e da ilha, para Feitoria? Antônio Gonçalves Chaves rico e culto charqueador pelotense em suas **MEMÓRIAS ECÔNOMO-POLÍTICAS** (5ª memória) de 1822, escreveu a certa altura:

"Sob o Ministério do Marquês de Pombal (sic) mandou-se criar uma feitoria de Cânhamo nesta Província, e veio encarregado deste negócio um tal de Fachina. Foi escolhido o lugar em que é situada a Fazenda de D. Joaquina Marques viúva do capitão mór Paulo Rodrigues Xavier Prates, do que esta fazenda tira o nome de Feitoria." (39)

A fazenda herdada chamada de Fazenda Canguçu no inventário, correspondia ao Rincão do Canguçu onde funcionara a Real Feitoria. Mudando-se o nome da fazenda para Feitoria, em alusão á antiga Real Feitoria que ali funcionara de 1783-89, entre 1814 e 1822 a ilha passou a ser chamada Ilha da Feitoria por ter sido in-

tegrada a agora Fazenda da Feitoria, no Continente, o que tem lógica, mas não o confundir-se uma ilha, a ilha de Canguçu com Rincão do Canguçu, coisas distintas. Creio que o Rincão do Canguçu recebeu este nome por estar atrás da Ilha de Canguçu e esta, em compensação, receberia mais tarde o nome de Ilha da Feitoria, por estar defronte a integrada 'a Fazenda Feitoria' no Continente que substitui no mesmo rincão a Real Feitoria.

Arno Welhing afirma que o vice-rei apesar de o Rincão do Canguçu estar ocupado com o título ilegítimo indenizou o Capitão mór Bento Manoel da Rocha, talvez por julgar que adquirira de boa fé. (40)

Do inventário do Capitão Paulo registro entre outras coisas: uma ferraria, o late Livre Canto, um escaler, uma canoa para pescar, quatro redes de pesca, 40 escravos, uma olaria de telhas e tijolos e moinho a água na fazenda, uma casa, 3.000 reses, 990 bois mansos, 90 cavalos mansos, 150 éguas chucras, 130 mulas, 200 ovelhas, 200 alqueiras de cal e 90 de sal, duas fardas de pano fino, um chapéu com galão de prata, um aparelho da Índia para chá, um missal com estante, uma espada, um par de dragonas, um crucifixo, uma tesoura, um sino, um tacho grande e duas caldeiras grandes (fábrica de sabão), etc...

Obs.: 1 – A presente demonstração responde à comunicação da Sra. Zênia Leon no 9º Encontro de Micro-História em Erechim, 1991, onde com recurso de um vídeo apresentou a Fazenda Sotéia como sendo a sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo e a ilha de Canguçu ou Feitoria como o Rincão do Canguçu 1783-89.

2 – Ao presente estudo foi anexado um dossiê de que foi destinado exemplares aos IHGB, IHGRGS, IHGPEL e Academia Canguçuense de História. Dossiê que documentará a história desta controvérsia.

RELAÇÃO DE TRABALHOS INCLUSIVE DE ÂMBITO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PUBLICADOS PELO AUTOR

1 – História da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu. **DIÁRIO POPULAR** (Coluna Querência, órgão de divulgação da União Gaúcha J. Simões Lopes Netto), Pelotas, 30 agosto e 6 setembro 1970

2 – Canguçu Primeira Redução Jesuítica? **DIÁRIO POPULAR** (Coluna Querência), 22 novembro 1970.

3 – O Negro na Real Feitoria do Linho Cânhamo em Canguçu. in: **O NEGRO NA SOCIEDADE DO RGS**. Porto Alegre: IEL, 1976, p. 96-107.

4 – Aspectos da época da criação da Escola Naval. **DIÁRIO POPULAR**, Pelotas, 25 dezembro 1982 e no **LETRAS EM MARCHA**, dezembro 1982, p. 19.

5 – Pelotas até a fundação do Diário Popular. **DIÁRIO POPULAR**. Pelotas, 1980. (Pesquisa comemorativa dos 90 anos do Diário Popular).

6 – Bicentenário da instalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu. **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**, v. 340, julho/setembro 1983, p. 99-102.

7 – Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu in.: **CANGUÇU REENCONTRO COM A HISTÓRIA**. Porto Alegre: IEL, 1983, p. 25-29. 1ed.

8 – Uma companhia de Ordenanças em Pelotas desde 1774? **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEO-**

GRÁFICO BRASILEIRO, v. 344, julho/setembro 1983, p. 155-156 e no **DIÁRIO DE PELOTAS**, Pelotas, 26 agosto 1984.

9 – A Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-1989. **DIÁRIO POPULAR**, Pelotas, 19 de julho 1987. (Analisa as revelações e confirmações do mapa de levantamento do Rincão do Canguçu em 1783, pelo Capitão de Infantaria Alexandre Eloy Portelli. Mapa que exclui do levantamento a Ilha de Canguçu e hoje da Feitoria).

10 – **MUNICÍPIO DE CANGUÇU – FORMAÇÃO HISTÓRICA**. Canguçu: Prefeitura Municipal, 1991 (comunicação a reunião anual da Academia Canguçuense de História, ao 9º encontro do Instituto de Tradições e História do RGS em São Gabriel e do de Micro História em Erechim), p. 6-7.

Obs.: O artigo constante no nº 1 foi publicado em 1973 no **ALMANAQUE DO CORREIO DO POVO** depois de ser publicado em seu Caderno do Sábado.

NOTAS AO TEXTO

1 – Editado pelo Ministério dos Transportes no Rio de Janeiro, 1973, p.25-26.

2 – Revista **A DEFESA NACIONAL**, nº 127, abril/junho 1990, p. 17-31 e **CADERNOS DA COMISSÃO COORDENADORA NO EXÉRCITO DAS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA CRIAÇÃO DA BANDEIRA NACIONAL**, Rio de Janeiro: SENAI, BIBLIEx, 1991. p. 223-244.

3 – Livro editado por Martim Livreiro, Porto Alegre, 1991, com co-autoria de Fernando O'Donnell e patrocínio

da Prefeitura de São Borja.

4 – Foi publicado também no CORREIO DO POVO e no seu Almanaque de 1973.

5 – Mapa existente a cores na Biblioteca Nacional, conforme indicado por Abeillard Barreto em sua BIBLIOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, Rio de Janeiro; CFC, 1976, p.1082 (em PORTO) E que assim consta:

"Plano do terreno em que atualmente se fazem experiências da sementeira do Linho Cânhamo por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Vice Rei do Estado (D. Luiz de Vasconcelos) por ordem do Brigadeiro Governador do Continente (Sebastião Veiga Cabral da Câmara) por Eloy Portelli, Capitão de Infantaria com exercício de Engenheiro. Manuscrito colorido de 0,31 x 0,40m."

Segundo Abeillard Barreto "abrange desde a serra dos Tapes, ao norte da Lagoa dos Patos, entre os arroios Correntes e das Pedras". O plano não inclui a Ilha de Canguçu e hoje da Feitoria.

6 – Carta coreográfica levantada em 1777 pelo Capitão de Granadeiros do Regimento de Infantaria de Santos, Manoel U. do Couto Reis e publicada no livro A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO (Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922). Em realidade tratava-se do mais tarde Ten. Gen. Manoel Martins do Couto Reis que escreveu sobre a Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro, a qual, em 1783, fornecera 40 escravos para acionar a Real Feitoria em Canguçu. Ele administrou aquela fazenda e sobre ela produziu memória em 1804 que foi publicada na REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Foi o primeiro cartógrafo da Zona Sul do Rio Grande do Sul, estado com qual contribuiu com outros levantamentos. Era santista. Faleceu em 1827 deixando como viúva D. Maria dos Santos Ribeiro. Antes da vinda do Regimento de Santos para lutar no Sul ele havia inte-

grado a fortaleza de N. Sra. da Conceição do Iguatemi, no sul do Mato Grosso atual. Talvez a denominação de Iguatemi, em Canguçu, se deva a um paulista veterano da defesa daquela praça.

7 – Conforme se conclui de documento publicado na REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE, nº 23, junho 1930, p. 38, 485-486.

8 – Segundo relatório de 20 de agosto 1789 do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos ao seu substituto 2º Conde de Resende, ao entregar o Vice-Reino do Estado do Brasil, conforme publicou a REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, t. XXIII, 1860, pp.220-225.

9 – Segundo o vice-rei D. Luiz em carta ao governador interino do Continente do Rio Grande, Coronel José R. Costa publicada na REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS, nº 23, junho 1930, p. 470.

10 – Idem documento citado na fonte da Nota 7, p. 486.

11 – Idem documento citado na Nota 8 do vice-rei (relatório).

12 – Idem fonte citada na Nota 5 (mapa de Eloy Portelli).

13 – Idem fonte citada na nota 8.

14 – Canguçu redução jesuítica? DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 22 novembro 1970.

15 – Reproduzido em nosso CANGUÇU REENCONTRO COM A HISTÓRIA, (Porto Alegre; IEL, 1963).

16 – Idem Nota anterior, p.39.

17 – Fonte referida na Nota 8.

18 – Ofício 265, de 21 de março 1800 do vice-rei 2º Conde de Resende ao Príncipe D. João em Lisboa (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

19 – Ofício 8, de 14 maio 1789 do vice-rei 2º Conde de Resende, ao Príncipe e citado em artigo nosso sobre a Real FORTIFICAÇÃO no Diário Popular, Pelotas, 30 agosto e 6 setembro 1970 (documento do arquivo do Instituto Histórico-

rico e Geográfico Brasileiro).

20 – Obra de Fernando Luiz Osório, 1ª ed. entre p. 26 e 27, ano 1922. Antes dessa obra J. Simões Lopes referiu na REVISTA DO CENTENÁRIO DE PELOTAS Nº 4 de 1912 a ilha da Feitoria ainda com o nome de ilha Canguçu. O citado autor de CIDADE DE PELOTAS (Porto Alegre: Globo, 1962), 2ª ed. p. 25 assim refere:

"E é conhecida por Ilha da Feitoria a Ilha de Canguçu, na Lagoa dos Patos, por ter sido nela, por ordem do governo português, estabelecida em 1785, uma feitoria para cultivo do linho que aí dá de qualidade superior".

Talvez daí, ou seja desde 1922, resida a confusão de considerar-se a ilha de Canguçu como tendo abrigado a Real Feitoria, o que é um equívoco como demonstramos no texto, com apoio em fontes primárias.

Para afirmar isto, creio que pela primeira vez, Fernando Osório cita como apoio, em nota 20 de pé de página, o artigo Vocábulo Tupis na Geografia Rio-Grandense na REVISTA DO INST. HIST. GEOGR. DO RGS de 1921, de Souza Docca. E este equívoco baseado em fontes de no mínimo 3ª mão, que vem desde então sendo repetido e incorporado, inclusive à cartografia terrestre e naval.

21 – Coluna Antigualhas do OPINIÃO PÚBLICA, Pelotas, 3 de agosto 1928.

22 – Revista do ARQUIVO PÚBLICO DO RGS, nº 2, abril 1921, p. 452 (Registro Geral de Sesmarias).

23 – Ver na op. citada na Nota 15: A cidade de Canguçu surge de uma questão de terras, p. 33, 47-52. E muito esclarecedora sobre a personalidade do Cap. mór Paulo e seus importantes relacionamentos.

24 – Sobre ele escrevemos no NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, 17 outubro 1991.

25 – Ver do autor Pelotas e o fundador do jornalismo brasileiro, DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 30 janeiro e 10 e

20 fevereiro 1972.

26 – Povoamento do Rio Grande de São Pedro – a contribuição de Colônia do Sacramento in: ANAIS DO BICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE, Rio de Janeiro: IHBG-IGHMB, 1979, p. 472-487. (Descendência de Paulo R. Xavier Prates).

27 – Vide op. citada na Nota 15, p.48 onde aparece o nome do Capitão Gouveia enviado pelo Capitão Paulo 1787 a Canguçu para tratar de seus interesses no local da cidade de Canguçu atual.

28 – Conforme documentos cartoriais de registro de imóveis fornecidos por Ângelo Pires Moreira e Carlos Rheigantz.

29 – Escritura de venda de 2 quinhões de campo na Ilha da Feitoria que faz D. Ana Marques de Souza (Prates) (filha do Capitão mór Paulo) e Joaquim Gomes de Araújo por 112, 5 onças. Livro 4, fls14.

30 – Citação do juiz municipal Dr. Joaquim Augusto Assunção de Pelotas, de 15 julho 1880, enviada a Ilha da Feitoria a Senhorinha Rodrigues Prates e a seu marido.

31 – Idem op. citada a Nota 26. Estudo importante sobre a geneologia de importantes famílias povoadoras da Zona Sul do Rio Grande do Sul.

32 – Na obra ASPECTOS SUL-RIOGRANDENSES, São Paulo, Record, 1931, p.92-94.

33 – Raimundo da Cunha Matos, REPERTÓRIO DA LEGISLAÇÃO MILITAR, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1837, t.2, p. 166.

34 – Obra editada pela Livraria Globo de Porto Alegre, em 1970, com referências genéricas a Real Feitoria do Rincão do Canguçu, as p. 30, 209 e 237. Esperamos que nossas pesquisas mais específicas lancem, em definitivo, a luz sobre este empreendimento que teve enorme sentido estratégico a época. Parece que fica claro que

Rafael Pinto Bandeira:

35 – Não teve nada a ver diretamente com a transferência da Real Feitoria para São Leopoldo, pois, na época não era o Governador interino do Continente e que inclusive a Real Feitoria foi instalada em terreno que lhe pertencera e que vendera com título ilegítimo ao Capitão mór.

36 – Manoel Bento Rocha que teve de abandoná-lo por ordem do vice-rei, para ali instalar-se a Real Feitoria. Procuramos a opinião de Sandra Jataly Pesavento em sua excelente HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985) e nada encontramos sobre o assunto. Obra na 4ª ed. Leopoldo Petry em SÃO LEOPOLDO, São Leopoldo, Rotermond 1964, p. 32 (2ª ed.) dá algumas informações imprecisas e outras incorretas sobre a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu. Por exemplo dizer que funcionou em terrenos hoje de Pelotas o que é meio verdade e que foi no Reinado de D. João VI e governo da Província (sic) de Paulo Gama, etc.

37 – Autora de diversas pesquisas, inclusive nossa genealogia sob o título Dos Leme aos Moreira Bento de Canguçu. Foi professora primária em Canguçu, terra a qual agora presta grande contribuição. Os subsídios que nos enviou abrangem 10 páginas sob a temática geral: propriedade da Ilha Canguçu onde transcreve o inventário do Capitão Paulo Prates e sinopse da concessão de sesmarias de interesse do tema constante da REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO Nº 1, 2, 3, 4, 19 e observações sobre o tema de Arno Welhing e Antônio Gonsalves Cruz e dados genealógicos de Manoel José Viana.

38 – REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RGS, nº 3, julho 1921 (Livro 9 do Registro Geral de Sesmarias de 1798-1814).

39 – Idem Nota anterior Nº 4, 1921 (Livro I de Sesma-

rias em 1814).

40 – Trabalho aprovado pelo Instituto Estadual do Livro para 1992.

41 – RIHGRGS, II e III trim. 1992 p. 270.

42 – ANAIS DO SIMPÓSIO DA RESTAURAÇÃO DO RGS, Rio de Janeiro: IHGB-IGHMB, 1979, v.1. p. 240.

TRANSCRIÇÃO DE ARTIGO DO AUTOR INTITULADO "A REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO DO RINCÃO DO CANGUÇU" PUBLICADO NO DIÁRIO POPULAR, PELOTAS 19 JULHO 1987, CUJO MAPA QUE REFERE OMITIDO POR RAZÕES TÉCNICAS.

"DÚVIDAS SOBRE A LOCALIZAÇÃO DA REAL FEITORIA"

Há 200 anos funcionava na Zona Sul do Rio Grande do Sul a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, destinada, então, a produzir linho, item essencial à navegação, antes do advento da máquina a vapor. O linho era obtido por Portugal, a altos preços, da Inglaterra. A tradição que chegou-nos dava a Feitoria Real como tendo funcionado na ilha hoje conhecida como Feitoria. Ilha chamada primitivamente Canguçu, mas que em realidade é uma restinga, conforme o demonstrou Mário Rosa em sua excelente GEOGRAFIA DE PELOTAS.

E como Ilha de Canguçu ela figura no excelente COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA DO RGS editado em Porto Alegre, em 1863, e de autoria de Eudoro Berlink (p. 32). Obra adotada então para uso em aulas públicas da Província, sob parecer do Conselho Diretor da Instrução Pública.

E com este nome ela figura em 1887 em DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DO IMPÉRIO. A denominação Feitoria é, pois, recente.

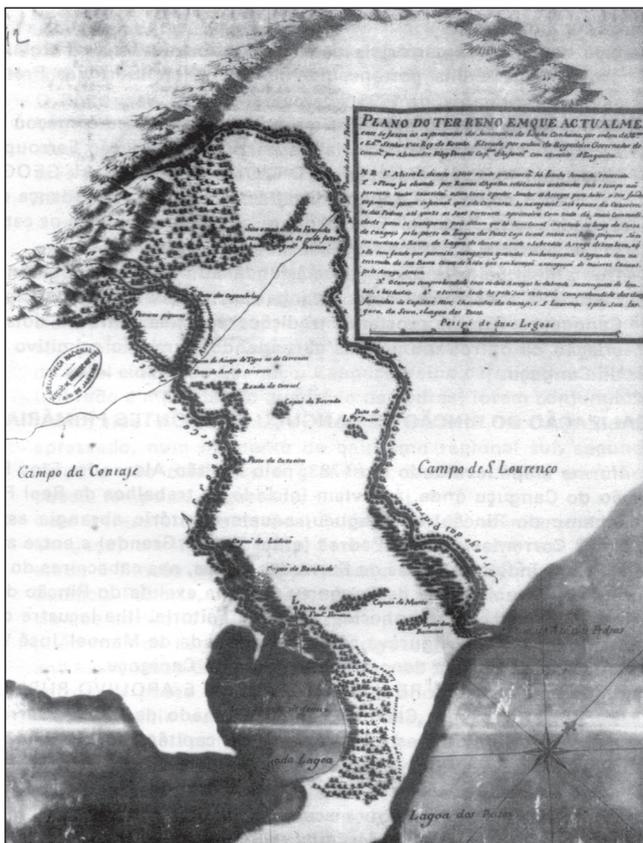
A fundação da cidade de Canguçu, em 1799, e a existência de localidade chamada Canguçu Velho e mais, a denominação da região de Sesmaria Real, terminaram por me indicar a região de Canguçu Velho como tendo sido a sede da Real Feitoria de Canguçu. Pesquisas que procedi no local resultaram na descoberta, no meio do mato, de ruínas oitocentistas de um casarão e de um mangueirão quadrado de pedra.

Daí por diante, com mais outros elementos de convicção sedimentados em cerca de 30 anos de pesquisas e reflexão, passamos a considerar Canguçu-Velho, que antecedeu a atual cidade de Canguçu, sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo, de 1783-89.

Esta conclusão de nosso demorado estudo não era e não é aceita por alguns interessados no assunto em razão de existirem outros elementos de tradição oral que se contrapunham a ela.

Felizmente, com apoio em mapa que aqui publicamos (omitido) que encontramos na Biblioteca Nacional, por indicação de Abeillard Barreto e em sua Bibliografia Sul-Riograndense, mais os estudos que até então havíamos procedido e, finalmente, as conclusões de Mário Rosa em sua GEOGRAFIA DE PELOTAS, nos foi possível esclarecer a exata localização, há 200 anos passados, da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu – a primeira iniciativa oficial governamental na Agricultura do Rio Grande do Sul. E este é o objetivo do presente esclarecimento aos estudiosos das entidades históricas de que sou membro e em especial aqueles que por força da tradição aceitam a Ilha da Feitoria como local da Real Feitoria do Linho Cânhamo 1783-89.

A EXATA LOCALIZAÇÃO DA REAL FEITORIA



O documento que encontramos na Biblioteca é um esboço impresso acima reproduzido, levantado em cerca de 1783, no início das atividades da Real Feitoria, pelo Capitão de Infantaria, com exercício de Engenheiro, Alexandre Eloy Portelli. Ele veio a fazer brilhante carreira no Brasil, onde atingiu o posto de tenente-general e o cargo de Conselheiro de Guerra quando da elevação

do Brasil a Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve 1815.

Foi objeto de seu levantamento o Rincão do Canguçu, compreendido desde a Lagoa dos Patos até a região da cidade de Canguçu e entre os arroios então chamados Correntes e o das Pedras (atual Arroio Grande) que também se chamou Canguçu e Turuçu) e divisa dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, excluindo a hoje chamada Ilha da Feitoria.

Portanto, o Rincão do Canguçu que se transformou mais tarde na Estância da Feitoria, uma das formadoras do município de Pelotas, abrange hoje os distritos pelotenses de Vila Lange (hoje município de Turuçu), Santa Silvana, Arroio do Padre e Quilombo. Este, ao norte do divisor de águas dos Arroios Quilombo e Grande (ex-das Pedras) e de grande parte do 1º distrito de Canguçu, onde se localiza Canguçu Velho. Tanto o Arroio Quilombo, um dos formadores do Arroio Pelotas, quanto o Grande, nascem em Canguçu, próximo a Canguçu Velho, primitivo povoamento que deu origem a Canguçu e onde fica o ponto mais alto da Serra dos Tapes, o Cerro Canguçu.

O mapa traz o atual Arroio Grande com o nome de Arroio das Pedras. Isto responde ao seguinte trecho do requerimento dos 140 povoadores da cidade de Canguçu, em 1799, ao Governador do então Continente do Rio Grande de São Pedro e atual RGS e de 1780-1801, o Ten. Gen. Sebastião Xavier Veiga Cabral da Câmara e também demarcador do Tratado de São Ildefonso.

‘Dizem os moradores do ARROIO DAS PEDRAS, denominado CANGUÇU, distrito dessa Freguesia de São Pedro do RIO GRANDE.’ E mais adiante. ‘NO DISTRITO DE CANGUÇU se acham 140 vizinhos com 1.000 pessoas de sua obrigação.’

O Arroio das Pedras é o atual Arroio Grande e nascia em Canguçu Velho em cujas imediações já existiam 140 vizinhos.

A ILHA CONSAGRADA COMO FEITORIA É UMA RESTINGA

A ilha hoje consagrada como Feitoria é em realidade uma restinga, segundo Mário Rosa. Ela não foi abrangida no levantamento do Rincão do Canguçu repetimos. Aliás, local que figura quando da doação do rincão, onde se ergue Pelotas em 1758, ao Coronel de Dragões Tomaz Luiz Osório, como sendo propriedade particular de Manoel José Vianna, conforme se conclui da 1ª edição de A CIDADE DE PELOTAS de Fernando Osório.

A região consagrada como Feitoria, segundo a GEOGRAFIA DE PELOTAS já citada, é considerada como tipo de solo – banhados marginais e no tocante ao seu uso a terras não agricultáveis. Como poderia alguém plantar linho cânhamo nestas condições, uma cultura mais indicada para regiões altas. O mesmo se pode dizer em relação as terras do distrito de Vila Lange, a oeste da BR 116. Terras mais aptas para pastagens ou culturas irrigadas, segundo ainda se conclui de Mário Rosa (op. cit.).

A EXPLICAÇÃO DA DENOMINAÇÃO ARROIO DO PADRE

O nome do distrito Arroio do Padre, não confundir-se com o padre Doutor, tio de Hipolito da Costa, o fundador da Imprensa Brasileira, advém do nome do organizador e primeiro administrador de Feitoria – o padre Francisco Xavier Prates. Era professor

do Mosteiro de São Bento e do Convento Santo Antônio no Rio, tendo falecido em 1784, e irmão de Paulo Xavier Rodrigues Prates, mais tarde proprietário da região da cidade de Canguçu e da ilha hoje da Feitoria e de todo o primitivo Rincão do Canguçu, a concluir-se de mapa elaborado por Alberto Coelho da Cunha, refletindo as sesmarias concedidas em Pelotas.

O padre Prates era cunhado do então Ten. Cel. Manoel Marques de Souza 1º citado herói, como tenente da expulsão dos espanhóis da Vila de Rio Grande em 1º abril 1776. Ou, por outro lado, subcomandante da Legião de Cavalaria Ligeira da Fronteira do Rio Grande, com base na estância do Pavão e ao comando de seu proprietário, o então Coronel Rafael Pinto Bandeira e raiz histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada da qual hoje por nossa proposta tem como patrono o Marechal Manoel Marques de Souza 1º.

ONDE SE LOCALIZAVAM AS SEMENTEIRAS DE TRIGO

No mapa aparecem com a letra L ao lado de um pequeno quadrado três sementeiras de experiências de linho. A primeira próxima à foz do Correntes e com a inscrição POIZO DE FRANCISCO FERREIRA. Era ligada por um caminho até o PORTO DE FRANCISCO FERREIRA, próxima da barra do Correntes, pois o restante da margem era dominada por uma restinga. Portanto, sementeira e porto distantes da hoje impropriamente Ilha da Feitoria. Denominação que talvez fosse referência para dizer que além dela estendeu-se a Feitoria Real.

A segunda sementeira assinalada como L é um quadrado e POIZO DO PADRE PRATES, que situaria-se hoje entre os povoadores de Vila Lange e Santa Silvana e ao norte da BR 116 junto ao Arroio Grande, numa das duas áreas assinaladas por Mário Rosa como de culturas diversificadas.

A terceira sementeira assinalada com um L e um quadrado preto é RONDA DO CORONEL (Rafael Pinto Bandeira) e penso ficasse no distrito de Santa Silvana ou mesmo na Vila de Santa Silvana.

A SEDE DA REAL FEITORIA EM CANGUÇU VELHO

Ao norte do mapa ele é cruzado por um caminho que coincide mais ou menos com antigo caminho da colônia Canguçu-Pelotas que entrava nesta por Três Vendas. Caminho hoje balizado por CANGUÇU – CANGUÇU VELHO – GRUPELLI – VILA NOVA – CORDEIRO DE FARIA – MONTE BONITO – PELOTAS.

Ao norte desse caminho aparece a inscrição "SÍTIO O MAIS ALTO DA FAZENDA (do Rincão do Canguçu), AONDE SE PODE FAZER UM GRANDE POTREIRO".

Este pra mim é o Canguçu Velho sede, pelo menos da pecuária da Real Feitoria do Linho Cânhamo e onde fica o cerro Canguçu, ponto culminante da Serra dos Tapes e o mais alto do Rincão do Canguçu.

As localizações feitas pelo Capitão Eloy Portelli foram imprecisas e assim, por ele justificadas em observações:

"O plano (mapa, esboço) foi feito por rumos de agulha (bússola) e distâncias arbitrárias, pois o tempo não permitiu maior exatidão".

UM CANAL NAVEGÁVEL DA LAGOA DOS PATOS – ARROIO CORRENTES ADENTRO –

Quando aos arroios limites da Real Feitoria observou: "Não houve tempo para sondar o fundo dos arroios, mas os práticos informam que o Arroio Corrente é navegável até o passo da Cachoeira e o das Pedras é navegável até as suas vertentes. O primeiro, o Correntes, contudo, oferece mais comodidade para os transportes. Dizem existir um canal junto da costa do Canguçu (Ilha da Feitoria atual) na Lagoa dos Patos. Canal este que penetra num saco (LAGOA DE DENTRO) situado além da BARRA DA LAGOA (DOS PATOS) e no qual o ARROIO CORRENTES desemboca. O que permite navegarem no Correntes grandes embarcações. O Arroio das Pedras possui coroas de areia em sua entrada que dificultam a navegação pelo seu interior de canoas maiores".

Aqui está a prova que o porto da Feitoria ficava no Arroio Correntes e não na Ilha do Canguçu, propriedade particular não incluída no levantamento de Eloy Portelli.

POSSÍVEL ORIGEM DAS DENOMINAÇÕES CANGUÇU NA ZONA SUL

A Cangazu ou Cangoçu na restinga da Feitoria, creio hoje, tenha sido a responsável pela denominação de Canguçu a diversos acidentes geográficos no paralelo em que situava: Baixo

Canguçu, Ponta do Canguçu, Ilha do Canguçu, Distrito de Canguçu, Canguçu Velho, Capela do Canguçu, Cerro Canguçu, etc...

O significado de Canguçu era mato grande. Porque designar uma ilha costeira de Canguçu. E canguçu era a denominação primitiva do mato grande que cobria a elevação onde hoje se situa a Avenida Paulista em São Paulo.

Seria uma onça Canguçu que ali foi surpreendida?

O mistério permanece! Mas uma certeza existe depois de 200 anos.

A Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu funcionou de 1783-89, num amplo espaço entre os Arroios Correntes e Grande, que abrange hoje terras dos atuais municípios de Pelotas, Canguçu e Turuçu. E mais, confrontava com as estâncias de Contagem, ao sul e a de São Lourenço ao norte, ambas, na época, propriedade do riquíssimo Capitão mór Manoel Bento Rocha. Este havia sido, na Guerra de Restauração do Rio Grande 1774-77, fornecedor de carne do Exército do Sul que expulsou os espanhóis do Rio Grande do sul em 1774-77.

Não possuindo filhos, segundo a historiadora pelotense Heloisa Assunção do Nascimento, Manoel Bento Rocha, deixou sua fortuna, a sua afilhada Isabel Dorotéia da Fontoura que veio a casar com João Simões Lopes e foram pais de João Simões Lopes – Visconde da Graça.

Fica claro que era possível a partir da Lagoa dos Patos penetrar-se com embarcações grandes arroio Correntes adentro, evitando-se assim transportar-se o linho da ilha chamada de Feitoria e desta para os navios.

– REAL FEITORIA –

UM EXEMPLO DE CONTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO AO DESENVOLVIMENTO

Entendido como Exército, todas as forças terrestres que o antecederam, a Real Feitoria é um exemplo clássico de contribuição pioneira do Exército ao desenvolvimento.

Começa com o levantamento topográfico do Rincão da Feitoria por um Capitão Eloy Portelli. A administração da Feitoria, será conduzida pelo Tenente José Machado de Moraes Sarmento e pelos soldados irmãos João e Matias Martins, do Regimento de Bragança. Unidade esta que teve papel destacado na reconquista da então Vila do Rio Grande, em 1º abril 1776, dia de São Francisco de Paula e razão do primitivo nome de Pelotas. Regimento então ao comando do Cel. Veiga Cabral da Câmara que mandou levantar, como Governador, 7 anos mais tarde, o Rincão do Canguçu.

Regimento que de retorno ao Rio, daria origem ao heróico 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro que, por evolução, fusões e denominações sucessivas se constitui hoje no Regimento Sampaio, homenagem ao Patrono da Infantaria, Brigadeiro Antônio de Sampaio, o qual, como capitão, de 1845-50, estacionou em Canguçu no comando de uma companhia de Infantaria para assegurar a paz de Ponche Verde, segundo P. J. de Mallet Joubim.

O autor reconhece que depois da extinção da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, desde a foz dos Arroios Correntes e Grande (ex-Pedras) e até a cidade de Canguçu atual e um pouco mais além, passaram a ser propriedade do Capitão Mór Paulo Rodrigues Xavier Prates, o qual veio também a adquirir a Ilha da Feitoria (ex-Canguçu) onde teve a sede de sua estância, vindo a falecer em 1813 como coronel de Milícias.

O Capitão Portelli era genro do então Ten. Cel. Manoel Marques de Souza 1º, bem como o mais tarde General Oliveira Alvares que foi o Ministro da Guerra por ocasião do Dia do Fico. Portanto, Paulo Xavier Rodrigues Prates era tio político dos mais tarde marechais Portelli e Oliveira Alvares. O citado Manoel Marques de Souza 1º era proprietário nos atuais municípios de Canguçu e Pedro Osório e Piratini no Vale do Piratini. Como marechal foi retirado do Rio Grande do Sul por suspeita de tramar em favor da Independência, tendo falecido antes desse evento, mas a tempo de viver para ouvir o seu genro Oliveira Alvares e seu amigo gen. Xavier Curado liderarem no Campo de Santana as tropas que forçaram o General Avilez a embarcar, sem forçar o Príncipe D. Pedro a deixar o Brasil: O grande fronteiro morreu antes da Independência.

O pesquisador interessado poderá obter esclarecimento sobre os citados oficiais na obra **GENERAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO**, disponíveis na Academia de História Militar Terrestre do Brasil em Resende-RJ. O Cap. Mór Paulo Xavier era chegado por laços de parentesco a Bento Gonçalves da Silva.

NOTAS FINAIS

Os confrades Luis Alberto Cibilis, então Presidente do IHGRGS, e Humberto Castro Fossa forneceram as seguintes achegas: O primeiro que a Real Feitoria de Canguçu ao ser transferida para São Leopoldo teve suas terras devolvidas a Santos da Costa e, o segundo, que Dante de Laytano em sua HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA localizou a Real Feitoria em Canguçu, por certo após consultar as fontes primárias publicadas pela REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RGS.

Este trabalho responde também a artigo da microhistoriadora Zênia Leon sob o título – Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu no DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 11/1/92 (37º Congresso do MTG).

Conhecemos que pessoas contrárias a nossa tese encaminharam ao Conselho Estadual de Cultura tese de que a Real Feitoria do Linho Cânhamo funcionara na ilha e não no continente, no que foram vencidas ao que parece por unanimidade.

A nossa tese teve antes o apoio de Carlos Reverbel em carta que nos dirigiu, o qual na qualidade de maior biógrafo de João Simões Lopes Neto não reconheceu a tese que ele defendera na Revista do Centenário de Pelotas nº 4 de 1912, de que Canguçu Velho fora sede da 1ª missão jesuítica.

Nesta época escrevemos a Presidência do Conselho de Cultura, Dr Fernando O'Donnel, carta que foi publicada pelo historiador Carlos de Souza Moraes em sua obra Feitoria do Linho cânhamo - documentação inédita. Porto Alegre: Ed Parlenda, 1994.p.58/59 e 109/112 sobre a Fei-

toria em São Leopoldo.

Hoje resta aos defensores da tese da Real Feitoria demonstrarem cientificamente à luz de fontes primárias autênticas fidedignas e íntegras que a Real Feitorias não funcionou em Canguçu Velho.

"O PASSADO UMA PLANÍCIE ONDE CORREM DOIS RIOS"

Vale aqui lembrar para os opositores de nossa tese sem tradição historiográfica, o que lemos em parede do Museu da República no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro:

"O de ser o passado uma enorme planície onde correm dois rios. Um reto e de margens bem definidas que é o rio da História. Esta fruto da razão e da análise isenta das fontes históricas autênticas, fidedignas e íntegras, à luz de fundamentos de crítica escolhidos.

O outro, é um rio cheio de curvas e meandros e de margens indefinidas e por vezes com perigosos alagamentos. Este, é o rio do Mito. E este fruto das paixões humanas, das fantasias, das vinganças, da ignorância, das manipulações, das deformações, dos preconceitos e da injustiça, etc. E, infelizmente predominante entre nós, o que Rui Barbosa já assinalava em seu tempo. Esta é uma importante lição para os leitores interessados para que saibam exercer o seu espírito crítico, para sempre distinguir a História do Mito, como no caso em tela.

Fui informado que este assunto esta sendo estudado por universitários gaúchos que escolheram este tema para suas teses. E o mesmo pela Universidade do Rio Grande

Na página anterior, quadro da força de trabalho na Feitoria em São Leopoldo em 1801 decorridos 11 anos de sua transferência de Canguçu Velho em Canguçu RS em 1789 e feito por seu administrador em São Leopoldo, o padre Antônio Gonçalves Cruz e que publicamos em nosso livro O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul 1635-1975. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975. p.100, bem como nas páginas seguintes 101/106 os nomes dos 295 escravos, dados que foram corrigidos pelo Deputado Carlos Santos, prefaciador do citado livro, por seu Gabinete Parlamentar na Assembleia Legislativa do RGS e cedidos ao autor.

POSFÁCIO

Na excelente e presente obra, mais uma do historiador Cel Cláudio Moreira Bento, o autor nos ofereceu as bases do trabalho que realizou sobre a localização da antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu (1783/89).

Esta Feitoria foi fundada como resultado de um esforço estratégico de Portugal para produzir linho Cânhamo, item essencial na época, como o petróleo na atualidade. Pois o produto era essencial para a fabricação das velas e cabos dos navios, o que obrigava Portugal a comprá-lo da Inglaterra, além de atender à auto-suficiência e à crescente demanda internacional. As tentativas particulares não deram certo, o que fez com que o governo português optasse pela produção oficial.

O Cel Bento concluiu através das suas pesquisas que o local da Feitoria foi na região de Canguçu Velho, município de Canguçu, e não na chamada Ilha da Feitoria, na Lagoa dos Patos. A ilha levava este nome por ter sido adquirida pelos proprietários da Estância da Feitoria a qual, por sua vez, levou este nome porque era situada nas terras antes ocupadas pela Real Feitoria.

O autor venceu forte oposição de escritora pelotense, a qual submeteu sua tese ao Conselho de Cultura do RS. Este, por unanimidade, declarou-se a favor da tese do autor, ao negar a tese da localização na Ilha da Feitoria definindo-se, portanto, a favor da localização no continente, conforme o Parecer N° 18/93 – CEC, de 10 de março de 1993. Nesta conclusão, o referido Conselho nega a tese da localização na Ilha da Feitoria e define que a sede da Feitoria foi no continente.

Para a sua tese o autor teve a importante solidariedade de Carlos Reverbel, o maior biógrafo de Simões Lopes Neto, consagrado patrono de cadeira da Academia Canguçuense de História, por seu precioso trabalho de resgate da História de Canguçu, sepultada sob espessa camada de pátina do tempo.

Com enorme esforço e oposição cultural, apoiado em fontes históricas primárias, o autor resgatou este elo perdido das histórias de sua terra natal Canguçu, do Rio Grande do Sul, do Brasil e de Portugal. E enfrentou a oposição de conterrâneos, que julgavam que sua terra não podia ter abrigado iniciativa de tamanha importância estratégica, em que pese o altíssimo conceito do autor como historiador regional, estadual, nacional e internacional.

Ficou assim a prova, aos opositores, para que provassem que Canguçu Velho não havia sido a sede da Real Feitoria, o que até agora não aconteceu.

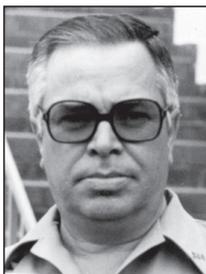
Neste trabalho, o autor comprovou que a Real Feitoria foi uma iniciativa oficial e pioneira de Portugal na Agricultura do Rio Grande do Sul. Foi também uma contribuição do Exército ao desenvolvimento, pois teve, como encarregados de sua administração, três militares do Regimento de Infantaria de Bragança. Esta unidade foi enviada de Portugal para participar da reconquista do Rio Grande do Sul, há 13 anos em posse da Espanha, o que ocorreu em 1º de abril de 1776 com a reconquista da Vila de Rio Grande.

Luiz Ernani Caminha Giorgis

Cel Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Dados sobre a autor

Retirado do Dicionário Biográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Site www.ihgb.org.br
Sócio Emérito Cláudio Moreira Bento



Coronel e Doutor em Aplicações e Planejamentos Militares pela ECEME e Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Natural de Canguçu - RS. Desde 1994 desenvolve o Projeto História do Exército na Região Sul. Historiador militar possui (2009) 86 trabalhos publicados (álbuns, livros e plaquetas) e mais de 1.000 artigos no Brasil e EUA e relacionados em www.ahimtb.org.br. Instrutor de História Militar na AMAN 1978/80 onde publicou Como estudar e pesquisar a História do Exército e coordenou e colaborou na publicação dos História da Doutrina Militar e História Militar do Brasil, ainda usados como livros textos. Coordenou em 1970/71 o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Ali lançou As batalhas dos Guararapes - análise e descrição militar. Integrou em 1971/74 a Comissão de História do Exército que coordenou e produziu a obra História do Exército Brasileiro em 3v, contribuição

aos 150 anos da Independência, tendo como convidado redigido As Guerras holandesas. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/91, presidiu comissão que escolheu o Forte de Copacabana como Museu do Exército e representou o Exército na deposição dos restos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga. Integrou na AMAN comissões comemorativas dos centenários de falecimento do Duque de Caxias e do Marquês do Herval e, representando a AMAN e o IHGB, transportou duas vezes até a AMAN, com guardas de Honra e de Segurança, a espada de campanha do Duque de Caxias, relíquia que integra o acervo do IHGB desde 1925, da qual os espadins dos cadetes do Exército são cópias em escala. Possui 7 prêmios literários: Pela BIBLIEx, 1º lugar com o Exército e a Abolição e o Exército na Proclamação da República; 1º e 2º lugares em concurso nacional em 1975 pelo Governo do RGS com os livros O Negro na Sociedade do RGS e Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS: 2º lugar pela ARI e Assembléia do RGS pela pesquisa O Gaúcho fundador da Imprensa Brasileira: Pelo Exército dos EUA 1º lugar com O Exército no desenvolvimento - caso brasileiro, e 2º lugar pela EsNI com A produção de Estimadas. Possui as condecorações militares :Comendador do Mérito Militar, Oficial do Mérito das Forças Armadas, Mérito Tamandaré, Medalhas de Ouro, Pacificador, de Honra da Inconfidência e Santos Dumont etc. Possui distinções civis como historiador: Cidadão de Itatiaia, de Itajubá e de Resende pela qual foi agraciado como Comendador da comenda Conde de Resende. Possui a Comenda J. Simões Lopes pela Câmara de Pelotas e foi agraciado pela AHIMTB como Comendador da medalha do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e pela Academia Canguçuense de História com a Comenda Cerro da Liberdade etc. Foi diretor Cultural e da Re-

vista do Clube Militar no Centenário deste Clube. Integra além dos citados, os institutos históricos dos estados RS, SC, PR, SP, MG, RJ, PE, CE, MT e das cidades de São Leopoldo e São Luiz Gonzaga e academias de História de Resende, Itatiaia, Itajubá, Barra Mansa que fundou ou orientou e academias de Letras da Paraíba e Rio Grande do Sul e Raul Leoni de Petrópolis, mais o CIPEL e IEV. E sócio do IHGMB e das academias de História de Portugal, Espanha, Argentina e IHG do Uruguai etc Seu endereço eletrônico e pessoal constam do site acima citado. É autor do livro Caxias e a Unidade Nacional, Amazônia Brasileira conquista, consolidação, manutenção História Militar Terrestre da Amazônia etc. Possui artigos transcritos na Câmara Federal, assembleias de Goiás e Minas Gerais e câmaras, etc.

© MMV-MMVIII, Instituto Histórico
e Geográfico Brasileiro.
Todos os direitos reservados.
Termos de Uso

